



CRIMES DE BURLA QUALIFICADA, FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS E BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra vinte e um arguidos (seis pessoas coletivas), imputando-lhes a prática de crimes de burla qualificada, falsificação de documentos e branqueamento de capitais.

De acordo com a acusação, entre maio de 2012 e 4 de dezembro de 2018, por todo o território nacional, os arguidos, que aparentavam ser intermediários de sociedades comerciais com elevada reputação financeira e comercial, obtiveram múltiplas máquinas industriais e veículos, dando a aparência que efetuavam compras, sendo o pagamento à vítima efetuado através do que aparentava serem cheques visados estrangeiros, porém, objeto de falsificação.

Recebidas as máquinas, de imediato vendiam as mesmas para fora de território nacional, por preço abaixo de mercado, dividindo entre si os proventos. Em paralelo induziam múltiplas vítimas em logro, anunciando a venda de máquinas industriais que afirmavam serem suas, celebravam o que aparentava ser contrato de compra e venda, recebiam na íntegra o preço, porém, as referidas máquinas eram propriedade de terceiros de boa-fé que desconheciam a atividade levada a cabo pelos arguidos.

Recebidas transferências de pagamento, procediam a levantamento em numerário, que repartiam.

O valor dos prejuízos causados foi calculado no montante de 1 336 650,00 €.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
DEPARTAMENTO CENTRAL DE
INVESTIGAÇÃO E AÇÃO PENAL

Os arguidos encontram-se sujeitos a termo de identidade e residência, encontrando-se o principal arguido em cumprimento de pena de prisão.

O Ministério Público foi coadjuvado pela Polícia Judiciária.

NUIPC 89/14.5TACLD

Data da acusação: 18-10-2022